

O sentido da “politização” da dívida externa

Já há algum tempo, não passa de uma mera ficção falar-se que os problemas relativos à dívida externa contraída pelos países em desenvolvimento junto aos bancos internacionais privados não concernem aos governos dos países em que estão sediadas essas instituições. Se o Plano Baker, proposto em 1985 pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, falhou em seus objetivos, pelo menos teve a vantagem de representar um reconhecimento de que a crise do endividamento não pode ser solucionada tão-somente pelos mecanismos normais de mercado.

A viagem que o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, empreendem atualmente aos centros financeiros internacionais baseia-se na constatação de que, sem a colaboração dos governos dos países industrializados, não poderá ser encontrada uma verdadeira saída para a questão do endividamento. Em outras palavras, não é possível manter o sistema de acordos com os bancos credores em bases muito instáveis, obrigando, frequen-

temente, a novas renegociações a cada ano. O que o Brasil busca é a estruturação de um esquema a mais longo prazo, capaz de garantir a manutenção da economia do País em crescimento a taxas socialmente aceitáveis. E isso, naturalmente, atua no sentido de favorecer o processo de consolidação de suas instituições democráticas.

Foi com esses objetivos em mente que o governo brasileiro tomou a iniciativa de “politizar” a dívida, tendo deliberado, antes de iniciar as negociações diretas com os bancos credores, esclarecer a sua posição junto aos governos dos principais países industrializados. Isso não quer dizer, em absoluto, que o governo Sarney está disposto a partir para o confronto. Permanece firme a intenção de diálogo, desde que aceite o pressuposto de que a população brasileira não será submetida novamente a enormes sacrifícios para possibilitar a remuneração da dívida externa.

Não se pode dizer que o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central tenham encontrado sempre boa vontade nas con-

versações que vêm mantendo no exterior desde o final da semana passada. Segundo noticiou a imprensa, o diálogo do ministro Funaro com o secretário Baker, em Washington, foi marcado às vezes por uma franqueza pouco diplomática. Foi também fria a recepção às autoridades brasileiras em sua passagem por Londres. Na França e na Alemanha Federal o ambiente foi morno, que se conclui pelo conteúdo das notas oficiais.

Isso não chega a ser surpresa, se se considerar que é a primeira vez que o Brasil toma uma iniciativa desse tipo. No passado, as autoridades brasileiras mantiveram muitos contatos com altos funcionários de governos estrangeiros em torno de problemas ligados à dívida, mas isso ocorreu sempre para a solução de questões prementes ou em assembleias ou reuniões internacionais. O ministro da Fazenda inova o processo de negociação ao procurar fixar uma posição diretamente junto aos governos dos países credores.

Só os fatos é que poderão mostrar se essa preliminar ajudará ou não as negociações com bancos

credores a ter início até o fim deste mês. Na reunião de Funaro com Baker em Washington, por exemplo, o secretário americano levantou a questão dos prejuízos que os bancos americanos deverão registrar em seus balanços se o Brasil não fizer o pagamento dos juros em atraso dentro de 90 dias. Segundo o relato da imprensa, o ministro brasileiro respondeu que esse é um problema dos bancos. Foi um diálogo um tanto ríspido, mas tanto Funaro quanto Baker sabem que a dificuldade mencionada é contornável, desde que prevaleça um espírito de colaboração. Assim, se a iniciativa de conversar com os governos estrangeiros pode servir a um propósito útil, ela também acarreta o risco de se criarem atritos nessa fase, tornando mais difíceis ainda as negociações futuras.

Mas a responsabilidade por um eventual endurecimento de posições não pode ser atribuída às autoridades brasileiras, que foram ao exterior buscar compreensão para os problemas do País e não para serem submetidas à cobrança por resoluções já tomadas ou a tomar.